

Conflitos e Negociações: Construção das Identidades e Ação Política dos Índios na Aldeia dos Padres.

Talita Almeida Ferreira¹

O aldeamento de Nossa Senhora da Escada foi um dos espaços de inserção indígena na sociedade colonial, como tal, despertou diversos interesses entre os agentes sociais envolvidos. A partir da documentação em estudo, observamos que este aldeamento foi alvo de intensa disputa entre colonos, jesuítas e os índios, que recorreriam às autoridades colônias para atender as perspectivas que tinham sobre a aldeia e o seu funcionamento. Neste contexto, os índios que compunham a Aldeia dos Padres, como era conhecido o Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, também se articulavam de diversas maneiras com finalidade de negociar alguns “benefícios”, para isso, muitas vezes utilizaram dos instrumentos do Estado a seu favor. Nessa perspectiva, este trabalho objetiva discutir a ação dos grupos indígenas no Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, compreendendo essas ações como formas de resistência dentro da estrutura colonial.

O território do Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, segundo informações de Luis Freire de Veras,² estava localizado na parte sul da capitania, a uma distancia de três léguas da sede. Segundo Silva Campos, este aldeamento quando foi fundado recebeu quantidade de terra superior a doada as outras aldeias da capitania, seu território compreendia cinco léguas de frente por uma de fundo e era habitado por 580 moradores. (CAMPOS, 1991, apus, MARCIS, 2004:38). Luis Freire de Veras, descreve com mais precisão a dimensão do territorial da aldeia na segunda metade do século XVIII: “tem as terras dos d^{tos} Indios, e a de q estão de posse, de Norte p^a Sul 6 p^a 5 legoas q hé desde o Riixo manguinhos, the o Riixo (o) Aqui, [...] tem a sua nascença aos altos pellos certões dentro, [...] de largura tem as dictas terras de Leste p^a Oeste huma legoa q agóra lhes foi medida a q confina com os certões e Mattas verdes, por onde não há certeza de Senhorio...”. (fl.3).

¹ Graduanda do 8º semestre do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual de Santa Cruz, email:talitaalmeida5@yahoo.com.br.

² Luis Freire de Veras foi um ouvidor da Bahia em 1768, que relatou a situação da Aldeia de Nossa Senhora da Escada, após quase uma década após a expulsão dos Jesuítas da região, escreveu o documento “Respostas aos quesitos retro respectivos à Aldeia de N. S. da Escada... 1768. Como este documento não possui pagina, faremos a referencia dele ao longo citando o numero das folhas na ordem original, como fez Marcelo Henrique Dias, na obra “Um lugar na História..”

Quanto à data de fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Escada, as fontes não tratam com precisão. Contudo, de acordo com informações de Veras, o livro de assento de batismo, mais antigo que foi encontrado na Igreja da aldeia, estava datado de 20 de novembro de 1682.(fl.32). Segundo Serafim Leite, a Aldeia dos Padres já existia a muito tempo, “mas, reorganizada e com residência fixa, data a penúltima década do século XVII”. (LEITE,1945:223). Corrobora com essa idéia, a antropóloga Suzana Viegas, que ao analisar o mapa da Capitania de Ilhéus, elaborado em 1631 por João Teixeira Albernaz, observou a existência de uma “Aldeia dos Índios dos Padres”, que provavelmente teria dado origem ao Aldeamento de Nossa Senhora da Escada (Veigas, 2007:45). Essa constatação nos leva a pensar que, aproximadamente entre 1640 e 1680, os inacianos desenvolveram atividades de catequese nas aldeias estabelecidas na parte sul da Capitania de Ilhéus.

No que se refere à sua composição étnica, segundo informações de Terezinha Marcis, o aldeamento de Nossa Senhora da Escada, devido a grande diversidade étnica dos povos que habitavam o território da capitania de Ilhéus, agregou diversos grupos indígenas. A autora, baseando-se no quadro sobre a localização dos aldeamentos e sua composição étnica³, afirma que a população era composta pelas etnias Tupinikin, kamakã-Mogoió, Tupinambá, Botocudos e Gren.(MARCIS,2004:37-38)

No interior dos aldeamentos, rebeldias, conflitos e negociações, faziam parte do cotidiano. Apesar dos esforços dos missionários em transformar em súditos cristãos os nativos, as freqüentes atitudes de insubordinação era a prova de que as mudanças nem sempre ocorriam de acordo com as perspectivas dos padres, pois neste processo, os índios também possuíam seus interesses e davam sentido próprio a aprendizagem. Essa informação possibilita pensar um ponto que consideramos central para a compreensão do processo de aldeamentos: que é entender a cultura como dinâmica e construída historicamente. Neste sentido, é possível perceber as mudanças não apenas como causadora de perdas culturais, mas também como articuladoras de novas possibilidades de adaptação.(Almeida, 2003:129-130)

Documentos sobre a Aldeia de Nossa Senhora da Escada, nos faz pensar sobre a complexidade das relações sociais no interior desse aldeamento. A análise do fato citado no

³ O quadro citado foi retirado por Marcis do texto de Paraíso, Maria Hilda B. “Índios, aldeias e aldeamentos em Ilhéus (1532-1880). Comunicação apresentada no Simposio regional da ANPUH.BA. Ilhéus; UESC/UFBA/FFS/ANPUH,2002.

documento, mostra-nos que esses índios estavam longe de somente serem sujeitos pacíficos na ordem colonial.

O padre Provincial da Companhia de Jesús remete ordem ao missionário da aldeia dos Índios que administra nessa Capitania dos Ilhéus, para que mande a minha presença o capitão dela Manuel Rodrigues e os índios Felício, Braz, e Inofre que desinquietavam e perturbam os mais índios da dita Aldeia. Vossa Mercê dará todo favor e ajuda ao dito padre Missionário, para este efeito e seguirá também, o que o Padre Provincial recomendar a Vossa Mêrcer, assim para a remessa dos ditos Capitão e índios como para a quietação e sossego dos mais e se conservarem pacíficos nessa Aldeia. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Janeiro 14 de 1716. Marques de Angeja. Carta que se escreveu ao Capitão-mor da Capitania de Ilhéus (DHBN. v. XLII, 321).

Percebe-se neste fato, que a idéia de apenas submissão, de passividade, dos índios da Aldeia dos Padres, pode ser contestada. Nota-se neste documento que as referidas “perturbações” incomodou de tal modo as autoridades portuguesas, que viram nelas uma ameaça a ordem colonial, pois “desinquietavam” os índios da aldeia. Trechos de um outro documento nos revela que o Capitão Manuel Rodrigues já não cumpria as ordens dos eclesiásticos . “Pela grande omissão com que se tem havido o Capitão-mor dos Índios dessa Aldeia Manuel Rodrigues na observância das minhas ordens (...)” (DHBN, v.XLII, p.8).

Conforme o documento nos conduz a pensar que o Capitão Manuel Rodrigues se constituía uma liderança indígena na Aldeia de Nossa Senhora da Escada. O fato de Manuel Rodrigues “inquietar os índios”, como relata o documento, nos faz acreditar que este capitão exercia forte influência sobre o grupo. O próprio cargo de Capitão-mor das aldeias coloniais eram freqüentemente ocupados por lideranças indígenas. Maria Celestino de Almeida analisando os aldeamentos do Rio de Janeiro percebeu que os portugueses logo reconheceram o papel que os “principais”⁴ desempenhavam no processo de integração do grupo à sociedade colonial e souberam utilizar esse elemento a seu favor. Assim, tornou-se parte da política de colonização na America portuguesa prestigiar algumas lideranças indígenas que se destacavam, através da concessão de cargos, títulos e favores e até mesmo com nomes portugueses de prestígio (ALMEIDA, 2003:150).

Ainda sabemos muito pouco sobre o papel que as lideranças desempenharam dentro da Aldeia dos Padres. O documento apresentado nos fornece algumas pistas, mas ainda permanecem diversas lacunas sobre as relações entre estes, as autoridades e com os próprios

⁴ “Principais” era a denominação utilizada na documentação em discussão para denominas as lideranças indígenas das aldeias.

missionários. Entretanto, analisando este documento podemos perceber que a liderança, na função de Capitão-mor, deveria em tese colaborar com a ordem colonial. Contudo, isso nem sempre ocorria da forma esperada. A título de demonstração: o Capitão Manuel Rodrigues, associado a três outros índios, demonstrava insatisfação com a vivência no aldeamento e tentou incentivar o grupo contra a ordem colonial. Assim, percebemos que atitudes de rebeldias também estiveram presentes no cotidiano da Aldeia dos Padres.

Mas, o caso do Capitão Manuel Rodrigues não foi o único que nos revela a ação de conflito dos grupos indígenas dentro do Aldeamento. O processo de transformação dos nativos em súditos cristãos acarretava para esses povos irreparáveis perdas. Na posição de subalternos na hierárquica sociedade colonial, estes povos estavam sujeitos ao trabalho compulsório, epidemias e, provavelmente, constantemente forçados a abandonar suas práticas culturais e tradições. Entretanto, acreditamos também que se apropriavam e reelaboravam dos mecanismos de imposição e dominação do colonizador. Pela documentação em estudo observamos que, por vezes, os aldeados utilizavam de sua própria condição para fazer petições às autoridades portuguesas (ALMEIDA, 2003:138).

Essa situação pode ser também acompanhada no aldeamento de Nossa Senhora da Escada. Os documentos nos assinalam que os índios recorriam às autoridades coloniais para assegurar nos cargos administrativos da aldeia aqueles que eram reconhecidos supostamente como lideranças. O documento abaixo relata a ação que esses índios empenharam nesse sentido.

Vendo a conta que Vossa mercê nos deu, por carta de dezenove do passado, e a que também nos deram os oficiais da câmara dessa Vila, com o requerimento que lhe tinham feito os Índios da Aldeia dela, sobre a ordem que tínhamos mandado a Vossa Mercê para meter de posse a João Rodrigues que se acha provido por este governo, no posto de Capitão-mor da mesma Aldeia, não o querendo admitir nela nem no exercício do mesmo posto; e como não consta estar o dito João Rodrigues, criminoso, nos pareceu deferir a tal requerimento, mandando passar as patentes juntas de Capitão-mor, e Sargento-mor aos Índios, que eles querem, as quais Vossa Mercê lhe entregará, dando-lhe primeiro posse e advertindo-os, do como devem proceder no exercício deles, e obediência que devem ter ao seu Padre Missionário, de sorte que dos seus procedimentos, nos não chegue a mais leve queixa. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Setembro 25 de 1720. S. Arcebispo da Baía. Caetano de Brito de Figueiredo, João de Araujo e Azevedo. Para o Capitão-mor da Capitania dos Ilhéus. (DHBV, v.XLII, p.343)

Neste documento, o arcebispo deixa claro que os índios tinham elaborado um “requerimento” pedindo que fossem nomeados índios por eles escolhidos para os cargos de Sargento-mor e Capitão-mor . Esse episódio corrobora com uma das idéias que estamos

discutindo em nossa pesquisa: os aldeamentos também eram utilizados pelos índios como forma de negociar com a sociedade colonial.

Ainda pelo documento citado, acompanha-se que houve uma resposta favorável das autoridades colônias atendendo os índios da Aldeia dos Padres. Isto permitiu ponderar que essas autoridades, as vezes, reconheciam o papel que alguns índios aldeados desempenhavam naquela sociedade. Em algumas situações os colonizadores atendiam certas solicitações para, talvez, manter as alianças e evitar rebeliões.

Também não podemos deixar de observar que os índios aldeados, quando faziam alguma petição nos padrões portugueses, reelaboravam suas identidades na dinâmica dos aldeamentos. Naquele território os diversos grupos vivenciavam a experiência de aldeados e, por vezes, organizavam-se em torno de um objetivo comum. Como aborda Maria Celestina de Almeida, os grupos aldeados, se mobilizavam em ações políticas coletivas.

“em geral por disputas de território, por recusa a escravidão e os trabalhos considerados abusivos [...] essa ação política e coletiva dava-lhe o sentido de união em torno de um objetivo comum, contribuindo de forma essencial, para desenvolver neles o sentimento de identificação de grupo e de pertencimento a uma aldeia e ao próprio Império português.” (ALMEIDA, 2003:261).

Como possibilitam ponderar os documentos supracitados, os índios do Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, para solicitar as “mercês” não se apresentavam com o nome dos grupos étnicos que formavam aquele aldeamento, mas se identificavam perante as autoridades com o nome da aldeia que pertenciam. Na documentação encontrada, eles aparecem como: os “índios da Aldeia dos Padres” ou “índios da Aldeia de Nossa Senhora da Escada”. Especificavam assim o lugar que pertenciam na estrutura colonial. É em torno dessa identidade forjada, na vivência do aldeamento, que esses grupos se organizavam quando não estavam satisfeitos com as ações dos missionários.

O documento abaixo revela um episódio em que, descontentes com a administração temporal dos jesuítas, os índios se recusaram a obedecer os missionários, sendo necessário a intervenção da administração para a solução do problema:

Recebi a carta de Vossa mercê e vi a conta que me dá em ordem aos Índios da Aldeia dos Padres, e repugnância, que os ditos Padres os Governassem no temporal e sem embargo de que por esta sua resistência mereciam mandasse usar com eles de um exemplar castigo houve por bem de lho omitir, e tenho resoluto que os R.R. Padres mandem logo para a Aldeia Padre que seja seu Pároco, e esteja sempre com eles indigente na Casa dos Ilhéus [...] e pelo que toca a dúvida sobre a jurisdição temporal, fico considerando nela, ouvindo o procurador dos mesmos índios, e os R.R. padres e, entretanto, se irá continuando na mesma fôrma, e quando os Índios tenham alguma cousa que representar, o virão fazer a Vossa Mercê, de quem receberão as ordens como Capitão-mor desse distrito, as quais Vossa Mercê lhe dará

só no que toca ao temporal, não se metendo de nenhum modo no espiritual, e hei a Vossa mercê por muito recomendado, o procurar todo o sossego desses Índios, e povos, como também fazer as mesmas recomendações aos moradores dessa parte para que contribuam para o mesmo efeito. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e Maio 3 de 1717. Carta que se escreveu ao Capitão-mor da Capitania dos Ilhéus. (DHBN, v. XLIII, p. 50-51)

Na condição de aldeados os índios estavam submissos aos religiosos tanto no poder temporal como no espiritual. Nesse contexto, os padres controlavam o trabalho indígena, utilizando-o na produção interna do aldeamento e na prestação de serviços temporários aos colonos. De acordo com o ouvidor Veras que visitou a aldeia na penúltima década do século XVIII, nenhum desses índios trabalhavam como escravos. Segundo o ouvidor, os aldeados recebiam pagamento pelos serviços prestados fora da aldeia. Entretanto, a metade da jornada ficava para os missionários e quando os índios se recusavam a partilha eram “castigados no tronco” (fl.30). Deste modo, podemos perceber que a jurisdição temporal exercida pelos jesuítas era, as vezes, motivo de conflito dentro do aldeamento.

O documento a seguir permiti pensar que os indígenas, mesmo submissos ao “poder legal” dos padres, também burlavam as ordens e procuravam fazer o que para eles era mais vantajoso. Assim, mesmo diante da pressão que as autoridades eclesiásticas exerciam, utilizando o castigo físico como punição para aqueles que desobedeciam as ordens, os índios continuavam negociando e prestando serviços diretamente aos colonos sem o consentimento dos missionários. O documento abaixo nos revela a resolução do conflito.

Como esses índios são vassallos de Sua majestade que Deus guarde se faz preciso dissimular com eles e vista a repugnância que têm para obedecerem aos Padres da Companhia do governo temporal, Vossa Mercê os governe até eu não mandar o contrário advertindo que nenhum desses moradores há de ir à Aldeia a buscá-los para o seu serviço e só os poderá repartir quando assim seja necessário. Deus guarde a Vossa Mercê. Baía e maio 7 de 1721. Vasco Fernandes Cesar de Menezes. Para o Capitão da Capitania dos Ilhéus. (DHBN, v. XLIV, p. 52).

Os documentos apresentados assinalam para a complexidade das relações socioculturais entre índios e sociedade colonial. Possibilitam pensar que, longe de serem somente passivos a ordem colonial, os índios da Aldeia dos Padres também participavam dessa sociedade: incorporando e reelaborando aquele aldeamento como lugar de suas vivências, interferindo assim no seu processo de construção. Portanto, ponderamos que: o Aldeamento de Nossa Senhora da Escada, mais do que um lugar de perdas e extinções, tornou-se para os grupos étnicos ali aldeados um lugar de reelaboração de suas identidades.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. . **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 301p ISBN 857009065X (broch.)

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 2006.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus (BA): Editus, 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul, Ilhéus 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil: da Baía ao Nordeste: estabelecimentos e assuntos locais**. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. p. 216-226. (Tomo V. cap. X)

MARCIS, Teresinha . **A "hecatombe de Olivença": construção e reconstrução da identidade étnica - 1904**. Programas de Pós-graduação da CAPES, 2004 (Dissertação).

MONTEIRO, John M. (John Manuel). **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PETRONE, Padsquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

VIEGAS, Susana de Matos. **Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

Documentos de Arquivos:

RESPOSTAS aos quesitos retro respectivo à Aldeia de N. S. da Escada, hoje V. de Nova Olivença, Bahia e mais: N. S. das Candeias; Santo André e São Miguel de Serinhaem. 1768. 33f., MS 512 (28), BNRJ.